



INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jane Kelly Silva dos Santos¹
Alessandra Maria dos Santos²

Resumo:

A garantia do direito à educação engloba, além do acesso e permanência, a oportunidade de que todos possam ser contemplados. Nesse “todos” inserem-se as inúmeras diferenças que a educação necessita acolher, desde raça, gênero, grupos sociais, orientação sexual, até as pessoas com deficiência. Neste sentido, advogar em prol da inclusão no espaço educacional é, inclusive, defender a garantia da aprendizagem que, nesse sentido, requer reordenamentos. Por isso, quando pensamos o incluir na Educação Física escolar não é só adaptar a disciplina, por meio de planejamentos e recursos para que uma pessoa com deficiência possa participar das aulas. Mas, é adotar uma perspectiva educacional onde os objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade humana, tendo assim, um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar a relevância da participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física adaptada. Para empreender a discussão, recorreremos a estudos teóricos e em legislações que tratam do direito à inclusão educacional. A revisão da literatura se delineará por intermédio da análise de estudos e pesquisas que versam acerca da educação física escolar adaptada. Os resultados apontam que a prática da educação física adaptada, além de favorecer a aprendizagem dos estudantes com deficiência, incidindo quanto ao desenvolvimento físico e cognitivo, desvela também relevância concernente à socialização com os demais estudantes.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Educação Física Adaptada; inclusão; pessoas com deficiências.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco - CAV/UFPE, jane.santos@ufpe.br;

² Graduada em Pedagogia e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, alessandra.msantos@ufpe.br.

1. Introdução

A Educação Física é uma disciplina que está inserida enquanto componente curricular de ensino, de acordo com o Coletivo de Autores (1992, p.33), desde a Educação Infantil e em todos os níveis da educação básica. Por tratar do conhecimento da cultura corporal, dentre suas tarefas está o priorizar um estilo de vida ativo para os alunos. “É importante construir currículos que atendam às necessidades dos indivíduos, tanto as atuais como as futuras” (NAHAS, 2006, p. 152). Neste sentido, o currículo da Educação Física Escolar deve ser enfatizado por objetivos centrais como: desenvolver as habilidades motoras, promover atividades físicas relacionadas com a saúde e fazer com que os alunos incluam hábitos de atividades físicas em suas vidas e que desenvolvam um grau de habilidade motora (NAHAS, 2006).

Para compreender o momento atual da Educação Física se faz necessário considerar suas origens no contexto brasileiro, considerando também as principais influências que a marcam e caracterizam. Ao se delinear uma breve contextualização, possibilita-se conhecer os direcionamentos epistemológicos na área, bem como os pressupostos que embasaram este campo do saber.

De acordo com Pires (2010) a Educação Física é uma prática construída muito antes de se tornar disciplina curricular obrigatória nas escolas de todo o país. Um marco histórico que define sua inserção no âmbito escolar do Brasil é a Reforma Couto Ferraz, outorgada em 1851, que obrigou a prática da educação física em todas as escolas da Corte.

Em 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre o Projeto 224 - Reforma Leôncio de Carvalho, sob o Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública - o qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas, reconhecendo a relevância desses professores da mesma forma que os das demais disciplinas. No início deste mesmo século, a Educação Física, ainda sob o nome de ginástica, foi inserida nos currículos de alguns estados, incluindo Pernambuco, e só em 1937, na elaboração da Constituição, foi reconhecida a implementação da Educação Física como uma prática educativa obrigatória.

Diante da relevância da Educação Física no âmbito escolar e em consonância com as discussões a respeito da educação inclusiva é que se desvela a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência. Bueno e Resa (1995) diz que a mesma não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas, porque compreende técnicas, métodos e formas de

organização que podem ser aplicados a esse público. Neste sentido, é fundamental que o professor tenha um planejamento que atenda às necessidades de seus alunos, combinando procedimentos que rompam as barreiras da aprendizagem, a fim de adaptar as aulas conforme a necessidade e deficiência do seu aluno (BUENO; RESA, 1995). Pois, para existir a inclusão nas aulas de Educação Física, não basta adaptar a disciplina para que o aluno com deficiência possa participar, é necessário que o professor adote objetivos, conteúdos e métodos que valorizem a diversidade humana e que colabore para a construção de uma sociedade inclusiva, e não apenas uma aula inclusiva (CHICON, 2005). Ou seja, que o direito à aprendizagem, em sua amplitude, seja garantido.

Assim, estabelecemos enquanto objetivo analisar a relevância da participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física adaptada. A reflexão ora proposta se delineará por intermédio da revisão da literatura em estudos e pesquisas que versam acerca da educação física escolar adaptada.

Para empreender a discussão, recorreremos ao estudo teórico de Mantoan (2003) e nas legislações que tratam do direito à inclusão educacional. Segundo esse autor, a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como a ética, a justiça e o direito de acesso ao saber e à formação.

Para Mantoan (2003), as políticas educacionais que assumem uma preferência pela inclusão asseguram um atendimento para todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade, pelo fato de ser a escola ambiente mais apropriado para assegurar o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência de mesma idade cronológica; o rompimento de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa favorecer o desenvolvimento social, motor, afetivo e cognitivo dos alunos, em geral.

2. Legislação educacional inclusiva

Conhecer legislações educacionais balizadoras da educação inclusiva é relevante, pois se compreende os avanços nas garantias do direito à aprendizagem e ao reconhecimento da cidadania das pessoas com deficiência. Mudanças mais substanciais ocorreram a partir promulgação da Constituição Federal de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã. Pois,

foi estabelecido no Art. nº 208 que “é dever do Estado com a educação garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Além da prescrição do direito à educação às pessoas com deficiência, o reconhecimento da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, conforme o Art. 206.

Além da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.º 8.069/1990, no título II, capítulo IV Art. 54 trata que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Assim como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Art. nº 58, também aborda sobre a educação escolar oferecida na rede regular de ensino para alunos com deficiências.

A Declaração de Salamanca, promulgada em 1994, é um documento originado a partir da Conferência Mundial sobre a Educação para necessidades especiais, que afirma que as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas. Conforme a resolução Conselho Nacional de Educação (CNE) nº4, instituída em 13 de Julho de 2010, define Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade de Educação Especial, criando salas de recursos multifuncionais, permitindo também a criação de Centros de Atendimento Especializados.

A Lei n.º 13.146, instituída em 6 de Julho de 2015, criou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Ademais, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, instituiu a Política Nacional de Educação Especial, garantindo que ela seja: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo de toda a vida.

3. Percursos metodológicos

Sob o intuito analisar, por meio de produções acadêmicas, a relevância da participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física adaptada é que os procedimentos metodológicos foram delineados. Por se tratar de uma revisão de literatura, a pesquisa seguiu algumas etapas. A princípio, a definição dos descritores para direcionamento das buscas: “Educação Física Escolar”; “Inclusão”; “Políticas Públicas”. Assim, foi realizado prévio

levantamento das fontes e coleta de dados no Portal de Periódicos da CAPES e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Tendo em vista o intenso quantitativo de trabalhos, filtramos a pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES por buscas avançadas a partir dos descritores. Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES fizemos o recorte temporal dos últimos 5 anos (2016 a 2021) a partir dos mesmos descritores.

Em seguida, foi efetuada, com base nos dados do primeiro levantamento, leitura preliminar dos títulos dos trabalhos. Aqueles que não tinham relação com os descritores apresentados foram excluídos. Em alguns casos, procedeu-se também a leitura dos resumos a fim de identificar possíveis contribuições do estudo. Todavia, observamos que a maioria das produções acadêmicas não versava sobre o objeto pesquisado, isto é, Educação Física Adaptada no âmbito escolar.

Assim, procedeu-se a leitura das produções localizadas, nesta etapa preliminar, que considerou o título e o resumo para o estabelecimento de critérios de seleção. Foram selecionados um total de 18 trabalhos, por atenderem aos critérios de relação com objeto de pesquisa e temática. A leitura analítica do material selecionado, considerou o título, resumo, introdução, considerações finais. Posteriormente, foi realizada análise, síntese interpretativa, organização dos resultados e escrita final.

O Quadro 1 apresenta uma perspectiva geral dos resultados brutos, obtidos a partir de uma busca avançada e ampliada com os descritores indicados abaixo.

Quadro 1 - Total geral de Trabalhos

Repositório	Descritores	Total de resultados
Portal de Periódicos da CAPES	“Educação Física Escolar” “Inclusão” “Políticas Públicas”	85
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“Educação Física Escolar” “Inclusão” “Políticas Públicas”	31835

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos repositórios da CAPES (2022).

No Quadro 2, podemos observar um refinamento dos dados, bem como a seleção de 6 trabalhos no Portal de Periódicos da CAPES e 12 no Catálogo de Teses e Dissertações que de fato correspondiam diretamente ao objeto de nosso interesse.

Quadro 2 – Total de trabalhos e Teses e Dissertações (2016-2021)

Repositório	Descritores	Total de resultados	Total selecionado
Portal da CAPES	“Educação Física Escolar” “Inclusão” “Políticas Públicas”	85	06
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.	“Educação Física Escolar” “Inclusão” “Políticas Públicas”	31835	12

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do repositório da CAPES (2022).

4. O que apontam as pesquisas quanto à Educação Física Escolar Adaptada?

A partir das análises realizadas, foi possível identificarmos três categorias analíticas. A primeira versa sobre a “Inclusão escolar e sua relação com os docentes: formação e percepção”; a segunda em relação à “Inclusão sob o ponto do discente: experiências e impressões”; e a terceira acerca das “Práticas e concepções de inclusão nas aulas de Educação Física”.

Dos trabalhos pesquisados, 07 trabalhos falam sobre “A inclusão escolar e sua relação com os docentes: formação e percepção”. Em seu trabalho, Maria Luiza Salzani Fiorini, e Eduardo José Manzini (2016) abordam sobre a visão dos docentes de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de um município do Centro-Oeste paulista, que trabalhavam no ensino regular com alunos com deficiência e transporte do espectro autista. Destacou-se a importância, neste estudo, de planejar a formação teórica dos professores de Educação Física, como também disponibilizar, aos professores, condições para atender às necessidades dos alunos.

Caroline Borges Zanato (2018), em sua dissertação, observou que o projeto político pedagógico das escolas estaduais do município de Fernandópolis-SP, que compõe o escopo de sua pesquisa, bem como os planos de ensino dos professores de educação física, contempla um planejamento que leva em consideração os pressupostos de uma educação inclusiva e adaptações curriculares.

Em outra dissertação, Paulo Clepard Silva Januário (2019), investigou como grupos de professores de Educação Física Escolar do município de Santo André/SP desenvolvem temas relacionados à inclusão escolar no espaço de formação continuada. E assim destacou a importância do trabalho colaborativo, as diversas fragilidades do cotidiano escolar, as

implicações da estrutura educacional, as concepções de inclusão escolar, a necessidade de reflexão crítica e a importância de existir espaços formativos para o desenvolvimento contínuo dos professores de EFE na perspectiva da inclusão escolar.

Ana Aparecida Tavares da Silveira (2020), analisou em sua dissertação as percepções de inclusão dos professores de educação física que frequentaram, em 2018, a formação continuada oferecida pela rede pública de ensino do Natal. Percebendo que além de ser um desafio para os professores compreender as especificidades da educação física frente à inclusão, era difícil elaborar estratégias metodológicas que atendessem às suas necessidades.

Em sua dissertação, Camila Lopes De Carvalho (2018), fala sobre a constituição geral do processo inclusivo no contexto brasileiro, e analisa a legislação, assim como o conhecimento acadêmico da área da Educação Física e a atuação dos professores, referentes à inclusão da pessoa com deficiência. Dessa forma, foi visto que os planos da legislação, das pesquisas acadêmicas e da prática docente interagem pouco com leis baseadas em determinações teóricas desprovidas de ações para sua execução, na prática.

Os autores, Paulo José Barbosa Gutierrez Filho, Maria Dolores Ferreira Monteiro, Rudney da Silva e Carla Regiane Vargas (2011) discutem sobre as concepções, opiniões e atitudes dos professores relacionadas à inclusão de deficientes nas aulas de Educação Física do sistema regular e o seu impacto sobre o movimento de inclusão educacional no Brasil. Consideram como estão associadas, principalmente, em relação à formação acadêmica e às competências na atuação com esse grupo, o tempo de experiência de magistério, o gênero do docente e a vinculação administrativa da escola.

Claudia Oliveira Mori, Mauro Alves De Souza, Paulo Eduardo Pereira e Vinicius Lauria (2018) abordaram a formação dos professores de Educação Física na área da Educação Física Adaptada e a participação de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular no Município da Estância Balneária de Praia Grande, e identificaram que todos os alunos participavam das aulas, mas que apenas 72,2% dos professores tinham conhecimento sobre EFA e que apenas 55,5% consideravam ter conhecimento suficiente para incluir um aluno deficiente em suas aulas.

A segunda categoria contempla apenas 01 trabalho sobre a inclusão sob o ponto do discente. Os autores Eldimberg Souza Da Cunha Junior e Wagner César Pinheiro Costa (2021) pesquisaram sobre o processo de inclusão nas aulas de Educação Física Escolar em uma escola localizada na Ilha do Combu, em Belém do Pará. Concluíram que existe uma falta de acessibilidade para o embarque e desembarque dos alunos com deficiência daquele local.

Além da infraestrutura inadequada da escola, e nos espaços utilizados nas aulas de Educação Física. Além da necessidade de formação específica ou continuada para os professores.

A terceira categoria contempla 10 trabalhos tendo relação com as “Práticas e concepções de inclusão nas aulas de Educação Física”. Em sua tese, Marcus Vinicius Palmeira Silva (2018) abordou sobre os desafios em incluir uma criança com deficiência na esportivização das aulas de Edu Física e analisou o impacto dessas práticas na produção de estratégias inclusivas. Dessa maneira, constatou-se que a hegemonia do esporte de alto rendimento e das práticas desportivas é visto de forma negativa e fora do padrão para todos os alunos, especialmente, para alunos com deficiência.

Rodrigo Barbuio (2016) analisou as condições de participação de uma aluna com deficiência intelectual nas aulas de Educação Física e, com o intuito de contribuir para a sua participação durante as aulas, propôs intervenções pedagógicas. Constatou que todos os alunos demonstraram-se motivados e participativos durante as aulas, inclusive a aluna com deficiência intelectual. Durante as aulas ela participou das atividades e que se apresentaram determinadas dificuldades na realização de algumas tarefas, obteve ajuda e conseguiu participar efetivamente.

Ieda Mayumi Sabino Kawashita, em dissertação de Mestrado, defendida em 2016, buscou conhecer como os alunos com deficiência intelectual do ensino regular de uma escola inclusiva participaram das aulas de educação física e como se delineou a relação deste aluno com os outros colegas e professores. Identificou que, na perspectiva desses alunos, eles não se sentiam excluídos e ressaltaram ter um bom relacionamento com os colegas e professores.

Em 2020, Leonardo Cavalheiro Scarpato defendeu sua dissertação detectando que apesar da prática efetiva do Esporte Adaptado no contexto escolar, poucos professores se sentem seguros com sua ação. Isso se dava pelo pouco apoio e suporte que recebiam das instituições de ensino, e que ainda buscam uma linha eficiente para a atual proposta metodológica inclusiva.

Gabriel Vighini Garozzi, em sua dissertação, defendida em 2020, analisou o percurso de desenvolvimento de uma criança com autismo nos diferentes momentos da aula de Educação Física, identificando as estratégias pedagógicas adotadas pela professora para possibilitar a inserção, permanência e aprendizagem dessa criança. Essas análises mostraram que a demonstração e a instrução verbal são elementos importantes para o trabalho pedagógico para que aquela criança participasse das atividades propostas.

Em 2019, Juliana Maria Cardoso Eiras, em sua dissertação, abordou com base na inclusão de alunos surdos nas aulas de Educação Física, as contribuições que a mesma pode

agregar ao processo de inclusão desses alunos. Com a sua pesquisa foi possível ver que as aulas de Educação Física Escolar promovem um diálogo entre corpos, línguas e emoções, além de proporcionar a manifestação de formas de linguagens diferentes, sendo capaz de contribuir de maneira natural para a inclusão de alunos surdos.

Já na dissertação de Calleb Rangel de Oliveira, em 2017, o autor fala da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo e como a Educação Física Escolar atua nas capacidades e potencialidades destas crianças. Evidenciaram-se mudanças positivas e que agregam no aumento da participação e interação dos alunos com TEA durante as aulas.

Maria José Nunes de Negreiro Andrade, em 2021, procurou responder, em sua dissertação, a seguinte questão: como as práticas pedagógicas dos professores que ministram as aulas da disciplina de Educação Física do Ensino Fundamental I têm contribuído para o processo de inclusão dos alunos com deficiência? Com sua pesquisa percebeu-se que, apesar de os professores terem conhecimento sobre dificuldades na execução da sua disciplina, existe uma articulação entre os conteúdos curriculares da escola com os conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Referência Único do Acre (CRA-AC). Com isso os professores optam por trabalhar os conteúdos mais fáceis, devido à falta de domínio sobre os mais complexos conteúdos, mas que acreditam que a sua formação profissional (Pedagogia) influencia na efetivação das práticas pedagógicas inclusivas dos alunos com deficiência.

William Das Neves Salles, Dorival Araújo e Luciano Lazzaris Fernandes (2015) investigaram como professores de Educação Física escolar percebem a inclusão de alunos com deficiência e quais estratégias utilizam para promover esta inclusão em suas aulas. As estratégias utilizadas para promover a participação dos alunos, os professores revelaram utilizar muita conversa, além de promoverem adaptações nas atividades, para que todos consigam participar, se relacionar e aprender. De maneira geral, foi ressaltado que a sociedade e a escola têm refletido atitudes positivas em relação à inclusão, mas que ainda existe carência de políticas públicas mais efetivas para sua efetivação nas escolas.

Por fim, Lázaro Batista e Erasmo Henrique Nascimento (2018) discutiram sobre o processo de inclusão de estudantes universitários com deficiência em uma instituição de educação pública superior brasileira, acenando para algumas possibilidades de políticas públicas que a universidade evidencia nesse processo. Destacando que a inclusão é confundida como a garantia de vaga e/ou acesso à universidade, e que não avança, além disso. Identifica também o desconhecimento dos participantes a respeito da legislação, e das políticas que regem ou direcionam a inclusão de pessoas com deficiência.

5. Considerações finais

Após a análise empreendida neste estudo, percebemos que, embora as pesquisas no campo da Inclusão Escolar na Educação Física tenham se solidificado e aumentado significativamente e que os professores estejam conscientes da importância da Educação Física para alunos com deficiência, ao mesmo tempo, não se sentem preparados para isso, por existir uma distância do discurso teórico e a realidade prática.

Os 18 trabalhos representam e simbolizam o conjunto de produções acadêmicas onde os autores falam sobre a formação e percepção dos docentes em virtude da inclusão escolar, além do número de trabalhos que investiga o ponto de vista do aluno deficiente sob a inclusão das aulas de educação física ainda é pequeno. Além de discutir sobre as práticas e concepções de inclusão nas aulas de Educação Física, contribuem para compreendermos sobre as dificuldades que os professores apontam nas aulas para incluírem alunos com deficiência. Além disso, percebemos o quanto o campo investigado ainda está limitado nas reflexões acadêmicas acerca da Educação Física Escolar e inclusão.

Assim, consideramos fundamental que outros estudos se dediquem a falar principalmente da participação na perspectiva dos alunos com deficiência, envolvidos no processo de inclusão escolar na Educação Física Adaptada, como também o seu desenvolvimento e aprendizagem obtidos nas aulas, com intuito de dar um *feedback* sobre as práticas pedagógicas e as adaptações feitas pelo professor, pois é importante dar voz a esses indivíduos. Por fim, convém destacar que as legislações que tratam da inclusão da pessoa com deficiência necessita ser efetivada no campo educacional, o que inclui a Educação Física

Referências

BATISTA, Lázaro.; NASCIMENTO, Erasmo Henrique. **Disability Goes to University: Views and Obstacles of Inclusive Process in Brazilian Higher Education.** Educação Unisinos 22.2 (2018): 120.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.p.168.BRASIL.** Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.**



BRASIL. Decreto N.º 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, S. T.; RESA, J. A. Z. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales.** Málaga: Aljibe, 1995.

CHICON, J. F. **Inclusão na Educação Física escolar: construindo caminhos.** 2005. 420 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya C.; RANGEL, Irene C. A. **Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DECRETO n.º 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 30 de setembro de 2020.

FIORINI, M. L. S. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência.** 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

FILHO, P. B. G.; MONTEIRO, M. D. F.; DA SILVA, Rudney.; VARGAS, Carla Regiane. **CONCEPÇÕES, OPINIÕES E ATITUDES DOCENTES ASSOCIADAS À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA.** Liberabit Revista De Psicologia 17.1 (2011): 19.

GORGATTI, M. G. **Educação Física Escolar e Inclusão: Uma Análise a partir do Desenvolvimento Motor e Social de Adolescentes com Deficiência Visual e das Atitudes de Professores.** Tese de Doutorado da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2005.

JUNIOR, Eldimberg Souza Da Cunha.; COSTA, W. C. P. **À Margem Das Margens: Relato De Uma Estudante Com Deficiência Sobre Educação Física Escolar Na Ilha Do Combu-PA.** Research, Society and Development 10.16 (2021): E57101623100.

Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. N.º 9. 394/96 de 20/12/96. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1996.

Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1999.



Lei n.º 13.146, de 6 de julho DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015

LEI n.º 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. Brasília, 20 de dezembro de 1961.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 4ª Ed. rev. E atual. Londrina: Midiograf, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE n.º 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

MORI, C. O.; DE SOUZA, M. A.; PEREIRA, P. E.; LAURIA, V. **EDUCACAO FISICA ADAPTADA: A FORMACAO DO PROFESSOR E A PARTICIPACAO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA NO ENSINO REGULAR.** Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício 12.77 (2018): 730.

PIRES, Giovani Lorenzi. **Contextualização histórica da educação física escolar no Brasil. Material do curso de graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) da Universidade Federal do Amapá na modalidade EAD, 2010.**

SALLES, William Das Neves.; ARAUJO, Dorival.; FERNADES, Luciano Lazzaris. **Inclusão De Alunos Com Deficiência Na Escola: Percepção De Professores De Educação Física.** Conexões (Universidade Estadual De Campinas. Faculdade De Educação Física) 13.4 (2015):

SALZANI, Fiorini Maria Luiza.; MANZINI, Eduardo José. **Continuing Education for the Physical Education Teacher Aiming School Inclusion/Formação Continuada Do Professor De Educação Física Com Foco Na Inclusão Escolar.** Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 21(1):59-73, jan./abr., 2016.

SANCHES JUNIOR, M. L.; DE CARVALHO, C. L.; SALERNO, M. B.; DE ARAÚJO, P. F. **Concepções E Práticas Da Inclusão Na Educação Física Escolar: Estudo Em Uma Cidade Do Brasil.** Educación Física Y Deporte 34.1 (2015): Educación Física Y Deporte, 2015, Vol.34 (1).